



ENTRAR



CADASTRAR

SERVIÇOS EDITORIAS QUENTESAPOIADORESFOMENTADORES CORRESPONDENTES

Busca



Migalhas

quarta-feira, 7 de fevereiro de 2024



● NO AR: Migalhas nº 5.784

MIGALHAS QUENTES

[Home](#) > [Quentes](#) > Comissão do Senado aprova fim da "saidinha" para presos condenados

PUBLICIDADE

seminário online
12 MARÇO ~ 9h

ATUALIDADES DA TUTELA
COLETIVA NO STJ E STF

Migalhas
eventos

PL 2.253/22

Comissão do Senado aprova fim da "saidinha" para presos condenados

O debate sobre o fim da saída temporária ganhou força após a morte do sargento Roger Dias da Cunha, da Polícia Militar de Minas Gerais

Da Redação

terça-feira, 6 de fevereiro de 2024

Atualizado às 14:50

Compartilhar



1

Comentar

Siga-nos no

Google News

A - A +

A CSP - Comissão de Segurança Pública do Senado aprovou nesta terça-feira, 6, o [PL 2.253/22](#) que  com o benefício da saída temporária para presos condenados. O projeto, da Câmara dos Deputados, recebeu relatório favorável do senador Flávio Bolsonaro e segue para a CCJ - Comissão de Constituição e Justiça. Os parlamentares aprovaram ainda um requerimento de urgência para a votação da matéria no Plenário.

O texto revoga o art. 122 da lei de execução penal ([Lei 7.210/84](#)). Pela legislação em vigor, o benefício conhecido como "saidão" ou "saidinha" vale para condenados que cumprem pena em regime semiaberto. Eles podem sair até cinco vezes ao ano, sem vigilância direta, para visitar a família, estudar fora da cadeia ou participar de atividades que contribuam para a ressocialização.

O debate sobre o fim da saída temporária ganhou força após a morte do sargento Roger Dias da Cunha, da Polícia Militar de Minas Gerais. Ele foi baleado na cabeça no dia 5 de janeiro, após uma abordagem a dois suspeitos pelo furto de um veículo em Belo Horizonte. O autor dos disparos era um beneficiado pelo "saidão" que deveria ter voltado à penitenciária em 23 de dezembro e era considerado foragido da Justiça.





Comissão do Senado aprova fim do "saídão" para presos condenados. (Imagem: Geraldo Magela/Agência Senado)

Monitoração

O PL 2.253/22 trata de outros temas, além da revogação da saída temporária. Um dos deles é a realização de exame criminológico para a progressão de regime de condenados. De acordo com o texto, um apenado só terá direito ao benefício se *"ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, e pelos resultados do exame criminológico"*. O teste deve avaliar, por exemplo, se o preso é capaz de se ajustar ao novo regime *"com autodisciplina, baixa periculosidade e senso de responsabilidade"*.

O projeto também estabelece regras para a monitoração de presos. Segundo a proposição, o juiz pode determinar a fiscalização eletrônica para:

- aplicar pena privativa de liberdade a ser cumprida nos regimes aberto ou semiaberto ou conceder progressão para tais regimes;
- aplicar pena restritiva de direitos que estabeleça limitação de frequência a lugares específicos; e
- conceder o livramento condicional.

Ainda de acordo com o PL 2.253/22, o preso que violar ou danificar o dispositivo de monitoração eletrônica fica sujeito punições como:

- revogação do livramento condicional; e
- conversão da pena restritiva de direitos em pena privativa de liberdade.

Informações: Agência Senado.

Siga-nos no 

Compartilhar      

Comentários  

Lembrete: Os comentários não representam a opinião do Migalhas; a responsabilidade é do autor da mensagem.

Deixe seu comentário

ENTRAR

CONTEÚDO RELACIONADO

Sentenciados

Saidinha e indulto: conheça as diferenças entre os benefícios a

presos

Significados, finalidades e requisitos para que tenham direito a tais benefícios distinguem entre si.

Da Redação

quinta-feira, 23 de dezembro de 2021

Atualizado em 25 de dezembro de 2021 08:23

Compartilhar



0

Comentar

Siga-nos no **Google News**

A - A +

Saidinha de Natal e indulto são, em linhas gerais, benefícios concedidos a pessoas sentenciadas que cumprem pena há determinado período e que possuem bom comportamento. Seus significados e finalidades, no entanto, são bem diferentes. Os requisitos para que tenham direito a tais benefícios também distinguem entre si. Confira.



Presos podem sair temporariamente da prisão. (Imagem: Pxhere)

Saída temporária, saidão ou saidinha

As saídas temporárias, popularmente conhecidas como saidões, estão fundamentadas na lei de execução penal (lei [7.210/84](#)) e nos princípios nela estabelecidos. O benefício visa à ressocialização das pessoas sentenciadas, por meio do convívio familiar e da atribuição de mecanismos de recompensas e aferição do senso de responsabilidade e disciplina do reeducando ou reeducanda. É concedido apenas aos que, entre outros requisitos, cumprem pena em regime semiaberto (penúltimo estágio de cumprimento da pena), com autorização para saídas e bom comportamento carcerário nos últimos três meses.

Em regra, as saídas temporárias ocorrem em datas comemorativas específicas (com caráter familiar) como Natal, Páscoa, Dia das Mães e Dia dos Pais, e não podem ultrapassar, ao longo do ano, o período de 35 dias. Os critérios para concessão desse benefício e as condições impostas, como o retorno ao estabelecimento prisional no dia e hora determinados, são disciplinados por portaria da vara de execuções penais.

No Distrito Federal, o calendário anual do benefício é estabelecido conjuntamente pela VEP e pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAPE, antiga SESIPE, equalizando a finalidade do benefício e a garantia da segurança pública. É por esse motivo que não há saídas, por exemplo, em datas festivas como Carnaval, Festas Juninas e Réveillon.

O acompanhamento dos sentenciados durante o saidão fica a cargo da Secretaria de Segurança Pública do DF, que encaminha lista nominal com foto de todos os beneficiados para o comando das Polícias Civil

e Militar para que possa ocorrer a identificação, caso seja necessária. Além disso, agentes do sistema prisional fazem visitas aleatórias às residências das pessoas beneficiadas, para conferir o cumprimento das determinações impostas.

Não têm direito à saída especial custodiados e custodiadas que estejam sob investigação, respondendo a inquérito disciplinar ou que tenham recebido sanção disciplinar.

Indulto

Já o indulto, diferente do saidão, significa o perdão da pena, com sua consequente extinção, tendo em vista o cumprimento de alguns requisitos. É regulado por Decreto do Presidente da República, com base no artigo 84, XII da [CE](#). O documento é elaborado com o aval do conselho nacional de política criminal e penitenciária e acolhido pelo Ministério da Justiça.

O decreto presidencial estabelece as condições para a concessão do indulto, apontando os presos que podem e os que não podem ser contemplados. O Decreto determina ainda o papel de cada órgão envolvido em sua aplicação e pode ser editado em qualquer época do ano. Contudo, como tradicionalmente é publicado no final do ano, é popularmente conhecido como indulto natalino.

Normalmente, o benefício é destinado aos detentos que cumprem requisitos como ter bom comportamento, encontrar-se preso há determinado tempo e ainda aos acometidos por doenças graves. Deve manter ainda bom comportamento no cumprimento da pena, e não responder a processo por outro crime praticado com violência ou grave ameaça contra a pessoa.

Aqueles que não preencherem os requisitos para serem beneficiados com o indulto, poderão ter a pena comutada (reduzida), desde que tenham cumprido 1/4 da pena, se não reincidentes, e 1/3, se reincidentes.

Não podem ser beneficiadas pessoas condenadas que cumprem pena pelos crimes de tortura, terrorismo, tráfico de entorpecentes e drogas afins, e os condenados por crime hediondo (após a edição da lei [8.072/90](#)).

Informações: TJ/DF.

Siga-nos no 

Compartilhar      

Comentários  3  0

[VER TODOS \(3\)](#)

Lembrete: Os comentários não representam a opinião do Migalhas; a responsabilidade é do autor da mensagem.

Deixe seu comentário

ENTRAR

Ricardo Alves de Souza

 Denuncie

Se essas "saidinhas" estimulam a recuperação de condenados, por que muitos não retornam para cumprir suas penas?

 Responda

 0

Compartilhe    

Paulo Maurício de Azevedo Faria

 Denuncie

Saidinha e indulto representam uma bofetada na face das famílias que sofreram e sofrerão pelo resto das suas vidas pelo mal que esses "apenados" lhes fizeram. Tanto é verdade que o próprio Migalhas sequer faz referência em seu texto aos crimes cometidos e o que as famílias passam ou passarão. Uma vergonha que seja assim.

 Responda

 1

Compartilhe    

CONTEÚDO RELACIONADO

Saídão

Câmara aprova proposta que acaba com saídas temporárias de presos

Deputados alteraram projeto que teve origem no Senado. Texto passará por nova votação dos senadores.

Da Redação

quinta-feira, 4 de agosto de 2022

Atualizado às 14:15

Compartilhar



2

Comentar

Siga-nos no **Google News**

A - A +

A Câmara dos Deputados aprovou nessa quarta-feira, 3, proposta que extingue saídas temporárias de presos dos estabelecimentos prisionais. Aprovado em plenário por 311 votos favoráveis e 98 contrários, o projeto segue para o Senado, que vai analisar as alterações dos deputados.

O novo texto é o substitutivo do relator, deputado Capitão Derrite, ao PL [6579/13](#), do Senado. Derrite alterou a proposta inicial, que limita as saídas, para abolir completamente esse benefício.

A lei atual permite a saída temporária dos condenados no regime semiaberto para visita à família durante feriados, frequência a cursos e participação em atividades. Todas essas regras são revogadas pelo texto aprovado pelos deputados.

Derrite afirma que a extinção da saída temporária é necessária, já que grande parte dos condenados cometem novos crimes enquanto desfrutam do benefício.

"A saída temporária não traz qualquer produto ou ganho efetivo à sociedade, além prejudicar o combate ao crime."

O deputado Hildo Rocha também defendeu o fim da saída temporária.

"Temos que acabar realmente com 'saidinha' de bandidos, que voltam à sociedade para cometer crimes sem nenhuma vigilância. Eles não estão preparados para o retorno à sociedade."

A deputada Erika Kokay, por sua vez, ressaltou que a saída temporária é privilégio de condenados que já estão em regime semiaberto, por isso criticou o fim do benefício.

"A saída temporária é uma prova de que a pessoa já está própria ao convívio com a sociedade, não estamos falando de criminosos em regime fechado, mas pessoas que estão próximas do final da pena."





O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Capitão Derrite, ao Projeto de Lei 6579/13, do Senado. (Imagem: Alan Rones/Câmara dos Deputados)

Progressão de regime

Derrite avalia que a saída temporária é um benefício adicional concedido ao preso, que já tem acesso à progressão para o regime semiaberto ou aberto se estiver apto à ressocialização.

"Se já existe a previsão legal de cumprimento de pena e progressão de regime de forma proporcional, a saída temporária causa a todos um sentimento de impunidade."

Dados da SAP - Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo/SP, segundo o relator, apontam que 1.628 presos não retornaram às prisões após a saída temporária do final do ano de 2021.

Exame e tornozeleira

O texto aprovado também obriga a realização de exame criminológico como requisito para a progressão de regime e para a autorização de regime semiaberto.

O exame deverá comprovar que o detento irá se ajustar ao novo regime com autodisciplina, baixa periculosidade e senso de responsabilidade.

A proposta também amplia regras para o uso de monitoramento eletrônico dos condenados autorizados a sair do regime fechado.

Informações: Agência Câmara de Notícias.

Siga-nos no **Google News**

Compartilhar      

Comentários  

Lembrete: Os comentários não representam a opinião do Migalhas; a responsabilidade é do autor da mensagem.

Deixe seu comentário

ENTRAR

Luan dos Anjos

 Denuncie

até que enfim uma medida sensata.

 Responda

 0

Compartilhe    

CONTEÚDO RELACIONADO

A saída temporária para além do sensacionalismo midiático e do oportunismo político

Marcelo Turbay e [Larissa Désirée](#)

A saída temporária surge como método para incentivar a capacidade de retorno do apenado à sociedade, correspondendo ao que prega a Constituição Federal, a Lei de Execução Penal e diversos pactos internacionais pelas garantias dos direitos humanos.

quinta-feira, 22 de agosto de 2019

Atualizado em 26 de fevereiro de 2020 14:14

Compartilhar     

 0

 Comentar

Siga-nos no **Google News**

A - A +

1. Introdução

Em todo feriado ou data festiva, nos deparamos com matérias ou manifestações políticas recheadas de indignação a respeito de autores de crimes graves usufruindo do benefício da saída temporária.

O tema voltou à agenda quando o presidente da República, Jair Bolsonaro, e o ministro da Justiça, Sergio Moro, criticaram decisão que permitiu a saída temporária de Alexandre Nardoni no Dia dos Pais.

Condenado pelo homicídio da filha em 2008, Nardoni foi sentenciado a trinta e um anos e um mês de reclusão, tendo, em abril deste ano, recebido a progressão para o regime semiaberto - cumprindo, portanto, um dos requisitos que possibilitam a saída temporária. Em meio à enxurrada de críticas, porém, o Judiciário acabou determinando seu retorno ao regime fechado, no qual ele perdeu o direito ao benefício.

Contudo, é importante analisarmos o instituto da saída temporária sem lentes sensacionalistas e entender a sua razão de ser.

2. Saída Temporária

A saída temporária está disciplinada nos artigos 122 a 125 da [Lei 7.210/84](#) (Lei de Execução Penal). O benefício é direcionado aos condenados que cumprem pena em regime semiaberto. Tal autorização é concedida pelo juiz de execução, dando a esses internos a possibilidade de saírem do estabelecimento prisional de forma temporária, isto é, com prazo determinado. As datas comemorativas que autorizam a saída temporária são: Natal/Ano Novo; Páscoa; Dia das Mães; Dia dos Pais; e Finados.

Sendo o referido benefício um direito subjetivo, o condenado deve preencher certos requisitos para fazer jus a sua concessão, devendo apresentar bom comportamento; cumprir no mínimo um sexto da pena, se primário, e um quarto, se reincidente. O benefício deve ser compatível com os objetivos da pena.

O artigo 122 da Lei de Execuções Penais dispõe que, ao receber o benefício, o interno terá a possibilidade de se afastar do ambiente prisional sem ser submetido à vigilância direta, ficando a critério do magistrado a determinação quanto à necessidade de monitoração eletrônica.

O intuito da saída é proporcionar ao condenado a visita aos familiares; a frequência em curso supletivo profissionalizante ou de instrução de 2º grau ou superior; ou, ainda, a participação em atividades que concorram para o retorno do condenado ao âmbito social. Tudo isso tem por objetivo propiciar a ressocialização, uma das finalidades das saídas.

A lei limita as saídas temporárias à frequência de cinco vezes ao ano, sendo que cada uma pode ter duração máxima de sete dias, devendo-se respeitar o intervalo mínimo de quarenta e cinco dias entre uma saída e outra. Quando a saída ocorrer por motivos de estudo, o lapso temporal será equivalente ao tempo necessário para o cumprimento das atividades discentes.

Em alguns estados do Brasil, os juízes da execução adotam procedimento que simplifica a autorização das saídas temporárias. Isso ocorre quando, ao receber a primeira solicitação de saída, o magistrado observa o procedimento habitual previsto em lei. Assim, logo em sua primeira decisão proferida, fixa um calendário de saídas temporárias, abarcando as cinco liberações anuais permitidas.

De tal maneira, a apreciação pelo juiz ocorre uma única vez, não se fazendo necessário que o condenado passe por análises reiteradas, bastando apenas que siga as regras e mantenha comportamento adequado.

Os debates acirrados sobre o tema têm forte vínculo com essa automatização na concessão das saídas. É corriqueiro ler em jornais que indivíduos sentenciados em casos de grande apelo popular poderão fruir do conhecido "saidão".

A saída de Alexandre Nardoni para o dia dos pais é um desses casos, que acabou gerando fortes críticas

ao benefício. Muitas pessoas questionaram como alguém condenado pelo homicídio da própria filha poderá sair para "comemorar" a data.

Entretanto, a ideia das saídas é proporcionar aos condenados a possibilidade de retorno ao convívio social de forma gradativa, para que não ocorra um choque entre a vida no cárcere e a realidade após o cumprimento da pena. Isso decorre dos princípios que norteiam as penas no direito brasileiro. Como é sabido, não existem penas de caráter perpétuo no Brasil, de forma que o retorno futuro à liberdade é uma premissa em nosso ordenamento jurídico.

Para que tal retorno seja feito de forma gradual e cumprindo o objetivo de ressocialização da pena é que existe a progressão de regime. Aqueles que estão no regime semiaberto ou foram condenados a crimes considerados de menor gravidade ou progrediram por terem tido bom comportamento no cumprimento de parte da pena em regime fechado. E são a esses internos, em regime semiaberto, que são concedidos os benefícios do instituto. A saída temporária é um dos meios pelos quais se oportuniza, de forma limitada, o convívio social e familiar aos apenados, visando prepará-los para a vida fora das grades.

A monitoração eletrônica, prevista em lei desde 2010, veio como um meio para sanar a insegurança criada para muitos a respeito do controle do estado nesses casos. A [Lei 12.258/10](#), que alterou a Lei de Execução Penal 7.210/84, introduziu a possibilidade de aplicação do monitoramento eletrônico em dois casos estritos, sendo um deles a saída temporária ao preso que estiver em cumprimento de pena em regime semiaberto (art. 146-B, inciso II).

Encaixando-se na primeira hipótese da previsão legal, os internos beneficiados com as saídas temporárias, de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional, entre janeiro e julho de 2015, totalizavam 16,57% dos destinatários do aparelho de monitoração. De acordo com a pesquisa, o estado de São Paulo obtinha 1.700 monitorados, o maior número de todos os estados do país.

Com a monitoração, áreas de inclusão e exclusão são delimitadas pelos juízes e traçadas no mapa do sistema de monitoramento das centrais por funcionários. Nas áreas de inclusão, há uma especificação dos locais que o beneficiado pode circular, especificando-se também os horários. Nas áreas de exclusão são especificados os locais em que o interno não está autorizado a entrar ou circular.

Note-se, portanto, que a saída temporária é um instituto central em nosso sistema de execução penal, uma vez que visa a ressocialização do condenado e propicia a progressividade no cumprimento da pena. E esse objetivo busca cumprir uma missão constitucional, a qual, nos incisos XLV, XLVI, XLVII, XLVIII, XLIX e L do artigo 5º, enfatiza o caráter humano da pena, que está submetida à dignidade da pessoa humana, um dos principais fundamentos da República Brasileira.

3. Conclusão

Nesses moldes, a saída temporária surge como método para incentivar a capacidade de retorno do apenado à sociedade, correspondendo ao que prega a [Constituição Federal](#), a Lei de Execução Penal e diversos pactos internacionais pelas garantias dos direitos humanos. Uma eventual extinção das saídas temporárias atinge de forma frontal o nosso sistema de execução penal, focado na progressividade, bem como ofende o programa constitucional lastreado na dignidade da pessoa humana.

*Marcelo Turbay é advogado criminalista, mestre em direito, professor de direito penal, conselheiro da OAB-DF, presidente da Comissão de Direito e Defesa da OAB-DF. Membro fundador e Secretário Geral do Instituto de Garantias Penais (IGP)

*Larissa Désirée é bacharelanda em Direito pelo Instituto brasiliense de Direito Público e em Gestão de Políticas Públicas pela UnB. Estagiária do Figueiredo & Velloso Advogados Associados.

Comentários   0

Lembrete: Os comentários não representam a opinião do Migalhas; a responsabilidade é do autor da mensagem.

Deixe seu comentário

ENTRAR

APOIADORES



[ver todos](#)

FOMENTADORES



[ver todos](#)

PATROCÍNIO



LEIA MAIS



Saídão

[Câmara aprova proposta que acaba com saídas temporárias de presos](#)

Deputados alteraram projeto que teve origem no Senado. Texto passará por nova votação dos senadores.



Sentenciados

[Saídinha e indulto: conheça as diferenças entre os benefícios a presos](#)

Significados, finalidades e requisitos para que tenham direito a tais benefícios distinguem entre si.

[A saída temporária para além do sensacionalismo midiático e do oportunismo político](#)

[Marcelo Turbay e Larissa Désirée](#)

A saída temporária surge como método para incentivar a capacidade de retorno do apenado à sociedade, correspondendo ao que prega a Constituição Federal, a Lei de Execução Penal e diversos pactos internacionais pelas garantias dos direitos humanos.



QUENTES MAIS LIDAS

- 1 [Morre, aos 61 anos, o advogado empresarial Ricardo Tepedino](#)



- 2 [Confira como será o expediente dos tribunais no Carnaval 2024](#)



- 3 [Servidor terá limite de 30% de desconto em renda para sanar empréstimos](#)



ARTIGOS MAIS LIDOS

- 1 [Reforma tributária é exemplo de simplificação complicadora](#)

[Ives Gandra da Silva Martins](#)

- 2 [A morte de mais um PM e a "Operação Escudo": o combate ao crime com presunção de legalidade](#)

[Fernando Fabiani Capano](#)

- 3 [Governo Federal publica decreto para a regulamentação do DET e eLIT](#)

[Ana Lúcia Pinke Ribeiro de Paiva](#), [Marcos Rafael Faber Galante Carneiro](#) e [Beatriz Camargo Ferreira de Castilho](#)

- 4 [A responsabilidade do fornecedor pelos vícios ocultos](#)

[Lara Thatiany Ribeiro de Souza](#)

- 5 [Gestão de pessoas - Algumas coisas óbvias que estão matando seu escritório](#)

[Sebastião de Oliveira Campos Filho](#)

EDITORIAS
[Migalhas Quentes](#)
[Migalhas de Peso](#)
[Colunas](#)
[Migalhas Amanhecidas](#)

SERVIÇOS
[Academia](#)
[Autores](#)
[Migalheiro VIP](#)
[Catálogo de Escritórios](#)

ESPECIAIS
[#covid19](#)
[dr. Pintassilgo](#)
[Lula Fala](#)
[Vazamentos Lava Jato](#)

MIGALHEIRO
[Central do Migalheiro](#)
[Fale Conosco](#)
[Apoiadores](#)
[Fomentadores](#)

MIGALHAS NAS REDES



ISSN 1983-392X

[Agenda](#)[Mercado de Trabalho](#)[Migalhas dos Leitores](#)[Pílulas](#)[TV Migalhas](#)[Migalhas Literárias](#)[Correspondentes](#)[e-Negociador](#)[Eventos Migalhas](#)[Livraria](#)[Precatórios](#)[Webinar](#)[Perguntas Frequentes](#)[Termos de Uso](#)[Quem Somos](#)The logo for Migalhas, featuring the word "Migalhas" in a bold, italicized, sans-serif font. The letter "i" has a dot above it.

[Atualizamos nossa política de cookies](#)

Utilizamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar sua experiência. Ao continuar navegando, você aceita a nossa política de monitoramento. Mais informações, consulte os [Termos de Uso](#).

OK